

2.6 • BIODIVERSIDADE

A diversidade biológica assume um papel crucial para a espécie humana, uma vez que aproximadamente 40% da economia mundial e 80% das necessidades dos povos dependem dos recursos biológicos.

Reflectindo o número e variedade de organismos vivos resultantes da evolução da vida na Terra, a biodiversidade depende duma complexa relação entre factores, de que são exemplo a diversidade de povoamentos, as facetas múltiplas da intervenção humana, as condições edafo-climáticas e os diversos tipos de relevo.

Devido essencialmente a actividades humanas como a agricultura, a pesca, a indústria, os transportes e a urbanização de extensas partes do território, entre outras, mas tendo presente que a extinção de espécies também faz parte de um processo natural de evolução, observa-se que os ecossistemas e as espécies se encontram, a um nível global, cada vez mais ameaçadas, com a conseqüente diminuição, a taxas consideráveis, da biodiversidade. Esta tendência pode vir a ter, a médio / longo prazo, profundas implicações no desenvolvimento económico e social da comunidade humana, pois é frequentemente acompanhada por profundas alterações ambientais.

Neste contexto, o conceito de conservação da natureza tem vindo a evoluir precisamente no sentido de manutenção da biodiversidade, assegurando a preservação de um ambiente de qualidade que garanta tanto as necessidades estéticas e de recreio como uma produção contínua de plantas e animais, mediante o estabelecimento de um ciclo equilibrado de colheita e renovação.

Portugal, no enquadramento europeu, é considerado um país rico e diversificado em flora e fauna. Além das espécies tipicamente atlânticas, pode encontrar-se um grande número de espécies de origem mediterrânea em Portugal. Possui, além disso, um elevado número de endemismos, assim como espécies consideradas como relíquias do ponto de vista genético / biogeográfico. Os factores decisivos para esta realidade são não só os da sua origem natural — uma vez que Portugal se encontra no enclave de três regiões biogeográficas, recebendo influências atlânticas e mediterrâneas — mas também os séculos de actividade humana que facultou condições ecológicas para uma evolução harmoniosa.

Contudo, a biodiversidade existente em Portugal está ameaçada e a sua principal causa são as modificações resultantes do processo de desenvolvimento da economia agrícola: alterações do uso do solo, abandono de terrenos agricultados, intensificação dos processos agrícolas, degradação da qualidade ambiental de alguns habitats, pressão urbana sobre sistemas frágeis, são alguns dos aspectos mais comuns e prejudiciais para a manutenção da biodiversidade.

No Ministério do Ambiente é ao Instituto de Conservação da Natureza (ICN) que cabe a responsabilidade pelas actividades de conservação da natureza e de gestão das áreas protegidas em Portugal. No entanto, dadas as múltiplas interfaces das questões a tratar neste capítulo sobretudo com a produção e gestão agrícola e florestal, muitos dos indicadores analisados recaem sob a competência de diversos organismos do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP).

Indicadores de Pressão

Área Florestal Ardida

Os incêndios fazem parte do ciclo natural das florestas. Antes do Homem ter uma participação activa nestes fenómenos, os fogos florestais ocorriam espontaneamente num intervalo médio de 100-200 anos, estando assegurada a manutenção da reprodução dos insectos e plantas que dependiam da floresta. Hoje em dia estes acontecimentos, por vezes de forma incontrolável e com proporções alarmantes, são uma das principais causas da perda significativa de biodiversidade em povoamentos florestais, assim como da redução da produção florestal.

Os incêndios queimam, em média, mais de 50.000 ha de floresta por ano em Portugal. Esta área está longe de ser compensada pelas novas áreas arborizadas anualmente. O pinheiro bravo é a espécie que mais tem sido afectada, e que ardeu em mais de um quarto do total de pinhal existente actualmente. Esta situação tem vindo a contribuir para a substituição de culturas florestais com outras espécies menos adequadas à biodiversidade, frequentemente em regime de monocultura.

Dos factores mais importantes que conduzem à forte ocorrência de incêndios destacam-se os seguintes:

- conformações florestais não heterogéneas do ponto de vista da composição e estrutura;
- estrutura minifundiária da propriedade e dificuldades de acesso nas regiões montanhosas;
- progressivo abandono do corte de mato e produção de estrume e da prática ancestral de queimadas;
- insuficiente rede viária florestal, linhas de corta-fogo e pontos de abastecimento de água.

Dos valores que se seguem (Figura 187), relativos à análise do número de incêndios ocorridos, salienta-se a diminuição significativa, no ano de 1997, do número de ocorrências (-15%) e, sobretudo, da redução da dimensão das áreas ardidas (-65%). Em contrapartida, no ano de 1998 houve um aumento substancial de ambos os indicadores em relação ao ano anterior, principalmente no que diz respeito à área ardida, que passou de 10.574 ha para 45.188 ha.

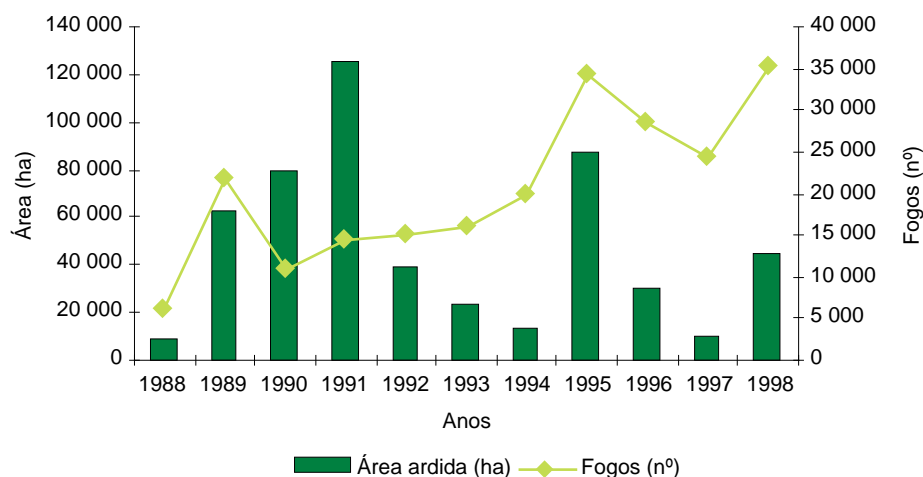


Figura 187 – Evolução do número de incêndios florestais e da área afectada (Fonte: DGF - Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa, 1998)

Uma análise global da Figura 187 permite concluir que a eficácia do combate aos incêndios tem vindo a melhorar, reflectindo um nível da intervenção e vigilância atempada, bem como o grande investimento que se tem feito na formação e qualificação dos bombeiros. Apesar do número de ocorrências ter subido, a dimensão da área ardida manifesta tendência para decrescer.

O mapa da Figura 188 permite uma avaliação espacial da ocorrência dos fogos florestais entre os anos 1990 e 1996, sendo possível visualizar que as áreas de maior incidência são o Norte e Centro do país.

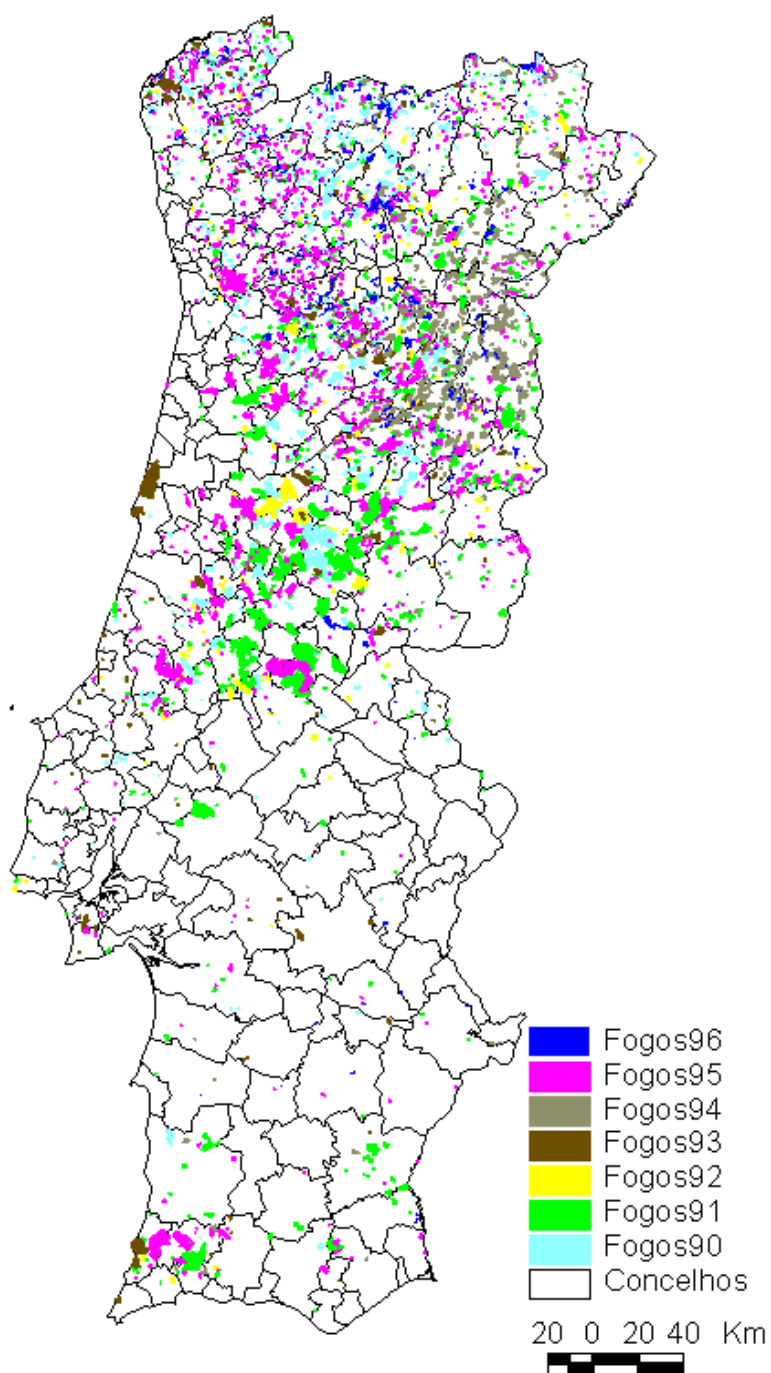


Figura 188 – Fogos florestais ocorridos entre 1990 e 1996
(Fonte: DGF, 1998)

Fogos florestais em áreas protegidas

Uma avaliação, entre 1992 e 1998, da relação entre o número de fogos e a respectiva área ardida nas áreas protegidas, revela uma redução bastante apreciável da área ardida em 1997, verificando-se também uma subida bastante acentuada em 1998. Como se pode observar na Figura 189, o número de fogos duplicou e a área ardida passou de 1.530 ha em 1997 para cerca de 13.200 ha em 1998. Cerca de 29% da área ardida em Portugal, no ano de 1998, ocorreu em áreas protegidas.

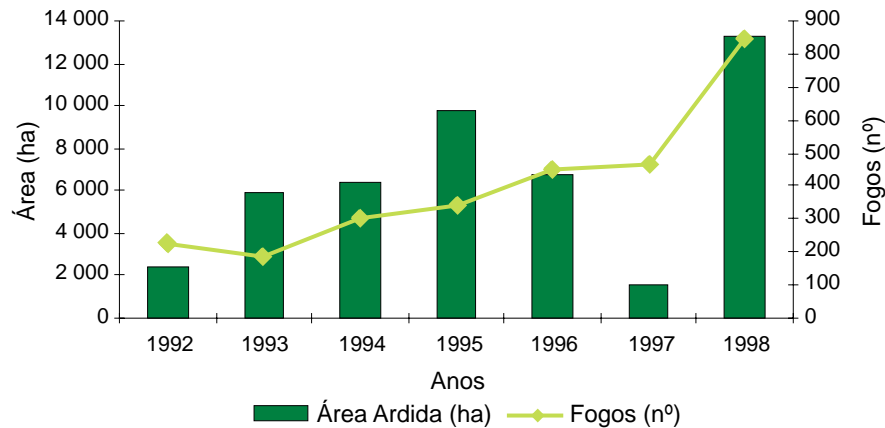


Figura 189 – Evolução do número de fogos florestais e área ardida nas Áreas Protegidas (Fonte: ICN, 1999)

Se relativamente ao número de fogos se observa uma tendência crescente, no que respeita à área ardida, não será tão fácil inferir uma tendência. No entanto é possível relacionar os valores das áreas ardidas com as condições meteorológicas: períodos com temperaturas diurnas e nocturnas acima da média, humidade relativa baixa e ventos de leste com uma certa intensidade, são condições extremamente desfavoráveis e propícias à ocorrência de incêndios. Assim, em 1998 e até ao mês de Agosto, as áreas ardidas não tinham sido especialmente significativas; durante este mês, e reflectindo as condições meteorológicas adversas, os valores tiveram um incremento extremamente grande, o que se traduziu na área ardida total cujos valores são apresentados.

O Quadro 29 sistematiza a situação dos fogos florestais em 1998 em cada uma das Áreas Protegidas, bem como a respectiva área ardida.

Quadro 29 – Fogos florestais nas Áreas Protegidas, em 1998

| ÁREA PROTEGIDA | FOGOS (Nº) | ÁREA ARDIDA (ha) |
|--|------------|------------------|
| PN SERRA DA ESTRELA | 260 | 6.810,0 |
| PN MONTESINHO | 150 | 2.828,2 |
| PN PENEDA-GERÊS | 126 | 1.732,1 |
| PN SERRA DE AIRE E DOS CANDEEIROS | 4 | 611,0 |
| PN ALVÃO | 5 | 412,0 |
| RN SERRA DA MALCATA | 5 | 370,0 |
| PN DOURO INTERNACIONAL | 129 | 279,3 |
| PN SUDOESTE ALENTEJANO E COSTA VICENTINA | 14 | 106,0 |
| PN VALE DO GUADIANA | 29 | 38,5 |
| PN SINTRA CASCAIS | 105 | 25,9 |
| PN ARRÁBIDA | 9 | 9,5 |
| RN SAPAL DE CASTRO MARIM E VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO /MN DAS DUNAS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO | 4 | 1,6 |
| PN SERRA DE S. MAMEDE | 4 | 1,3 |
| TOTAL | 844 | 13.225,4 |

(Fonte: ICN, 1999)

Infra-estruturas de transporte e Áreas Protegidas

Uma causa importante da alteração da biodiversidade é a expansão das áreas urbanas e das infra-estruturas de transporte associadas. Efectivamente, a localização — por vezes inadequada — de auto-estradas, aeroportos, portos e outras infra-estruturas de transporte, gera impactes negativos não negligenciáveis sobre o património natural: fragmentação dos *habitats*, redução na diversidade de umas espécies e facilitação do aparecimento de outras (alterando, conseqüentemente, o movimento e troca genética entre populações), além de outros efeitos indirectos como o ruído.

A evolução da distribuição das principais vias ao longo do país está representada na Figura 190, onde se indicam também as Áreas Protegidas e as áreas designadas como Zonas Especiais de Conservação no âmbito da Directiva 92/43/CEE ("Directiva Habitats") e como Zonas de Protecção Especial para a avifauna no âmbito da Directiva 79/409/CEE ("Directiva Aves").

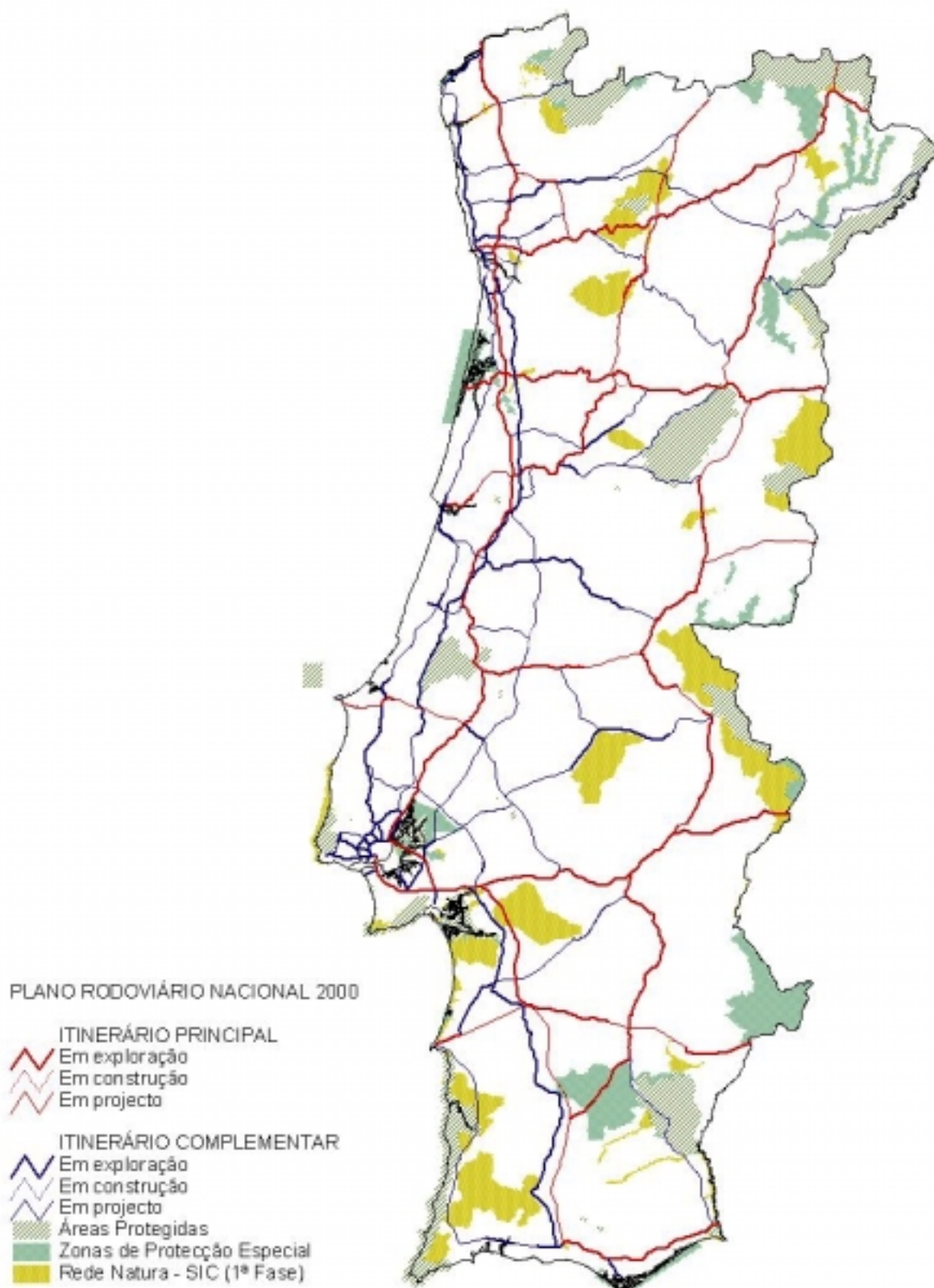


Figura 190 – Itinerários Principais e Complementares, Áreas Protegidas e Rede Natura (1ª fase) no final de 1998
(Fonte: DGA, 1998; ICN, 1998; JAE, 1998)

Produção de material florestal

A Figura 191 evidencia, do ponto de vista evolutivo, a ocupação florestal em Portugal Continental e, com ela, o tipo de produção de material florestal.

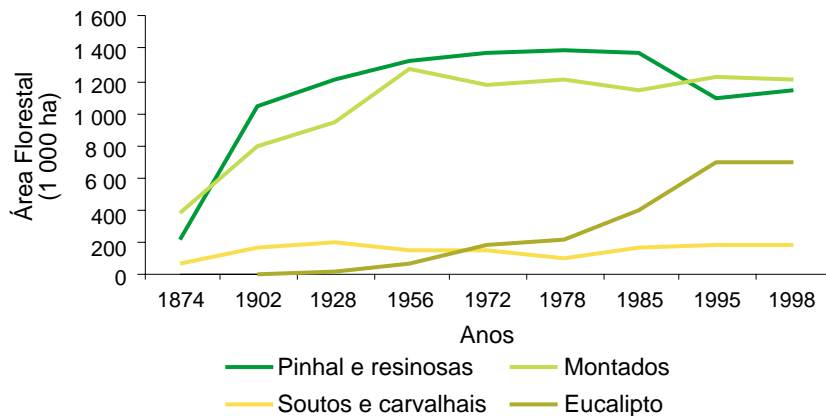


Figura 191 – Evolução da ocupação florestal
(Fonte: DGF - "Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa", 1998)

Efectivamente a madeira, a cortiça e a resina são os produtos da floresta portuguesa com maior impacte na economia portuguesa.

As folhosas são pouco significativas, em área, no território continental, havendo por isso pouca produção de madeira. Em contrapartida, no que diz respeito à cortiça, Portugal é o primeiro produtor mundial, abarcando cerca de 55% da produção mundial.

Em termos da evolução recente da produção florestal, tem havido um decréscimo na produção de madeira e uma diminuição no que diz respeito à produção de cortiça e de resina. A Figura 192 reflecte esta realidade entre 1992 e 1997.

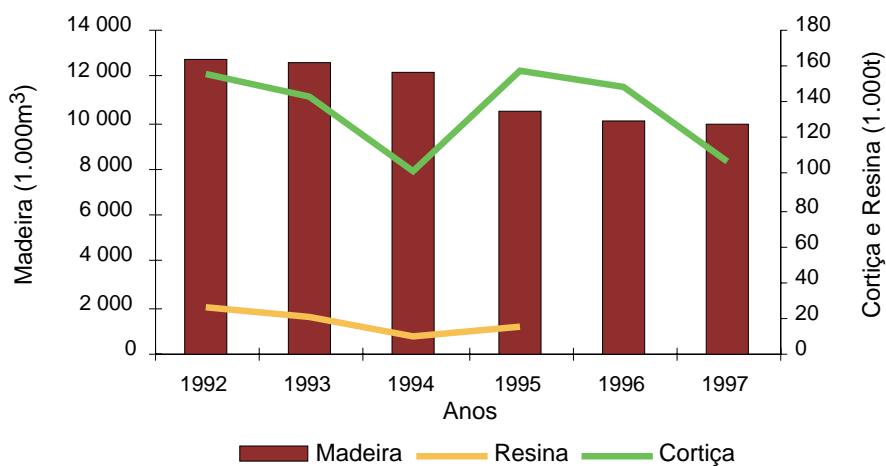


Figura 192 – Produção florestal
(Fonte: INE, "Estatísticas Agrícolas", 1996, 1998)

A Figura 193 procura ilustrar a sustentabilidade da colheita do material de produção florestal em percentagem anual de crescimento, durante as décadas de 80 e 90, em Portugal, na União Europeia e na OCDE. Pode observar-se que em Portugal há um aumento da colheita relativamente à percentagem anual de crescimento florestal, contrariamente ao que se passa nos países da União Europeia e na OCDE.

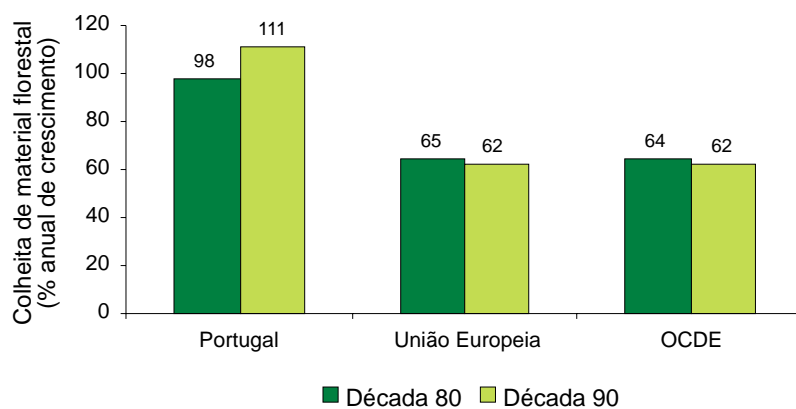


Figura 193 – Colheita do material de produção florestal em percentagem anual do crescimento (Fonte: OCDE, 1998)

Indicadores de Estado

Áreas protegidas

As Áreas Protegidas são o *ex-libris* da política de conservação da natureza, fornecendo oportunidades excelentes para a aprendizagem e para a criação de uma ética favorável à manutenção da biodiversidade. Apesar de também poderem ser analisadas como resposta da sociedade às necessidades da conservação da natureza, neste relatório as Áreas Protegidas serão abordadas no âmbito dos Indicadores de Estado, fornecendo informação acerca da situação existente no nosso País.

Os fundamentos da criação destas áreas obedecem a objectivos tanto de natureza biológica como paisagística, tendo em consideração critérios de raridade, valor estético, científico, cultural e/ou social.

A primeira definição de área protegida apareceu em 1970 com a definição de Parque Nacional e Reserva Natural, tendo sido criado em 1971 o Parque Nacional da Peneda Gerês. Acompanhando o evoluir dos conceitos ao nível internacional, tem sido efectuada uma redefinição das tipologias de áreas protegidas. Actualmente, e após legislação publicada em 1993, a Rede Nacional de Áreas Protegidas pode abranger áreas protegidas de âmbito nacional - Parque Nacional, Reserva Natural, Parque Natural e Monumento Natural – de âmbito regional ou local – Paisagem Protegida – e ainda áreas protegidas de estatuto privado – Sítio de Interesse Biológico.

O gráfico da Figura 194 descreve a evolução de ocupação das Áreas Protegidas relativamente ao território nacional. Contudo, estes valores encontram-se ainda abaixo das médias dos países da União Europeia e da OCDE, como se mostra, a título exemplificativo, para o ano de 1996 (Figura 195).

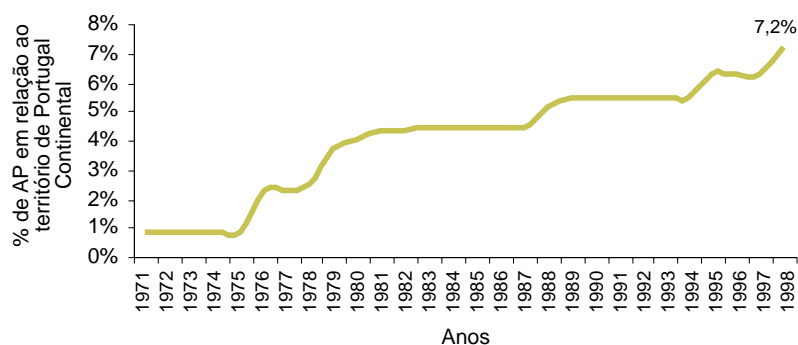


Figura 194 – Território de Portugal Continental coberto por Áreas Protegidas (Fonte: ICN, 1999)

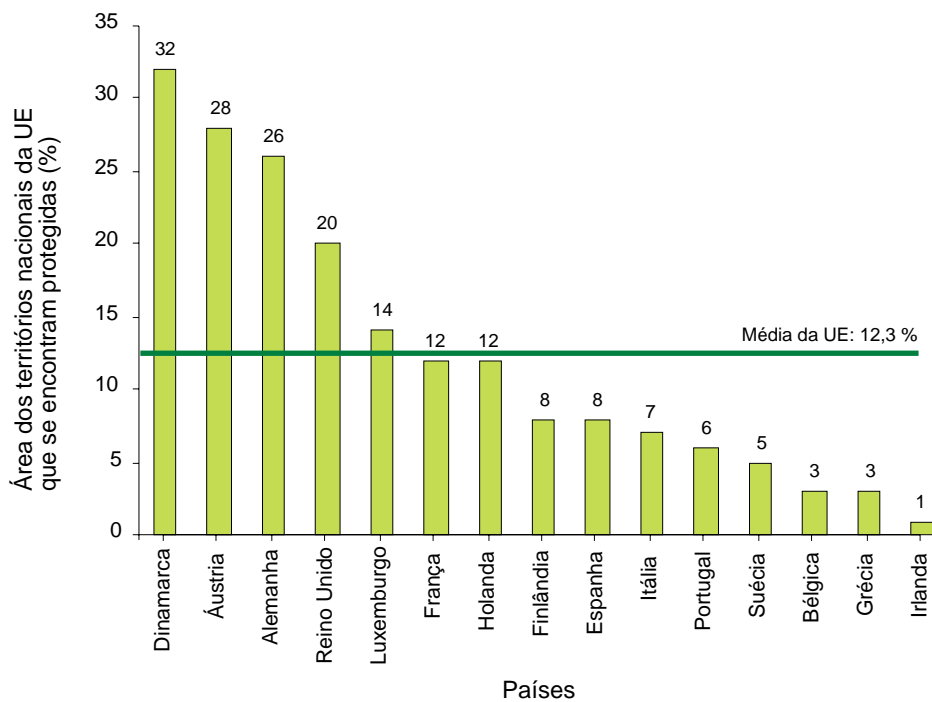


Figura 195 – Percentagem de Áreas Protegidas em relação ao território dos Estados-membros da UE em 1996
(Fonte: OCDE, 1998)

O esforço de criação de áreas protegidas registou-se essencialmente antes de 1990, como se pode observar na Figura 196. Contudo, entre 1990 e 1998 foram criadas 12 áreas protegidas, o que se traduziu num aumento de 154.993 ha da superfície protegida, sendo este acréscimo devido essencialmente à criação de duas áreas protegidas de grande dimensão – o Parque Natural do Guadiana, de 69.774 ha, e o Parque Natural do Douro Internacional, de 85.146 ha.

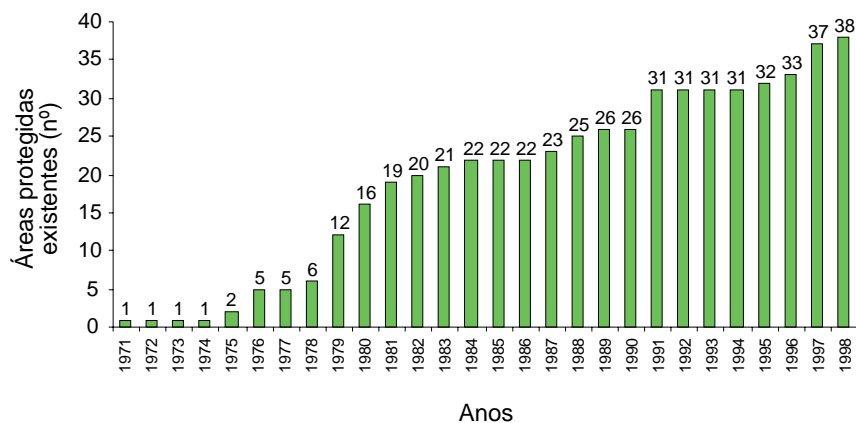


Figura 196 – Criação de Áreas Protegidas em Portugal Continental
(Fonte: ICN, 1999)

A Figura 197 ilustra a evolução do número, superfície ocupada e população abrangida por Áreas Protegidas.

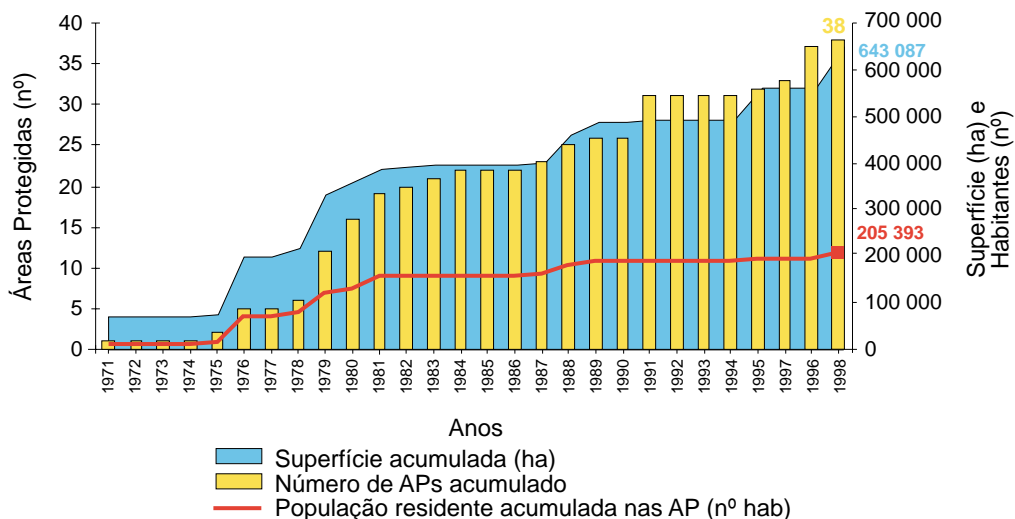


Figura 197 – Evolução das Áreas Protegidas criadas e população residente (Fonte: ICN, 1999)

A observação da Figura 198, permite avaliar a constituição da rede nacional de áreas protegidas no final de 1998, que forma um conjunto de 38 áreas ocupando um total de 643.087 ha, o equivalente – como já se referiu – a 7,2% da superfície do Continente.

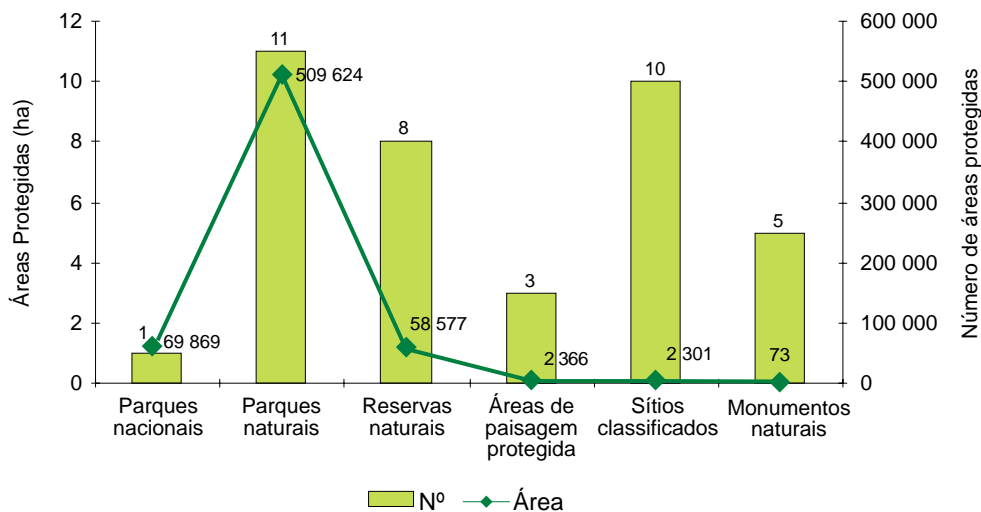


Figura 198 – Total de Áreas Protegidas em Portugal Continental, por categoria, no final de 1998 (Fonte: ICN, 1999)

Destes últimos anos ressalta-se que em 1997 foram publicados diversos diplomas relativos à reclassificação do Parque Natural de Montesinho, do Parque Natural da Serra da Estrela e das Reservas Naturais do Paul de Arzila, das Dunas de S. Jacinto e do Paul do Boquilobo; em 1998, foi criado o Parque Natural do Douro Internacional e redefinidos os limites do Parque Natural da Arrábida, que incluiu mais 5.699 ha de área marítima.

Em Portugal Continental, a área ocupada pelas diferentes categorias de Áreas Protegidas (7,2% no final de 1998) pode ser observada na Figura 199, podendo-se concluir que a maior percentagem corresponde a Parques Naturais.

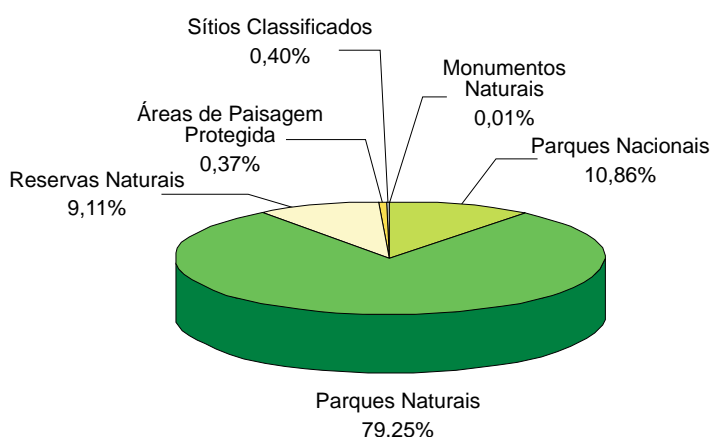


Figura 199 – Distribuição das áreas protegidas, por categoria, em Portugal Continental no final de 1998 (Fonte: ICN, 1999)

Na Figura 200 pode observar-se o mapa com a localização das diversas áreas protegidas incorporadas na Rede Nacional de Áreas Protegidas no final do ano de 1998.

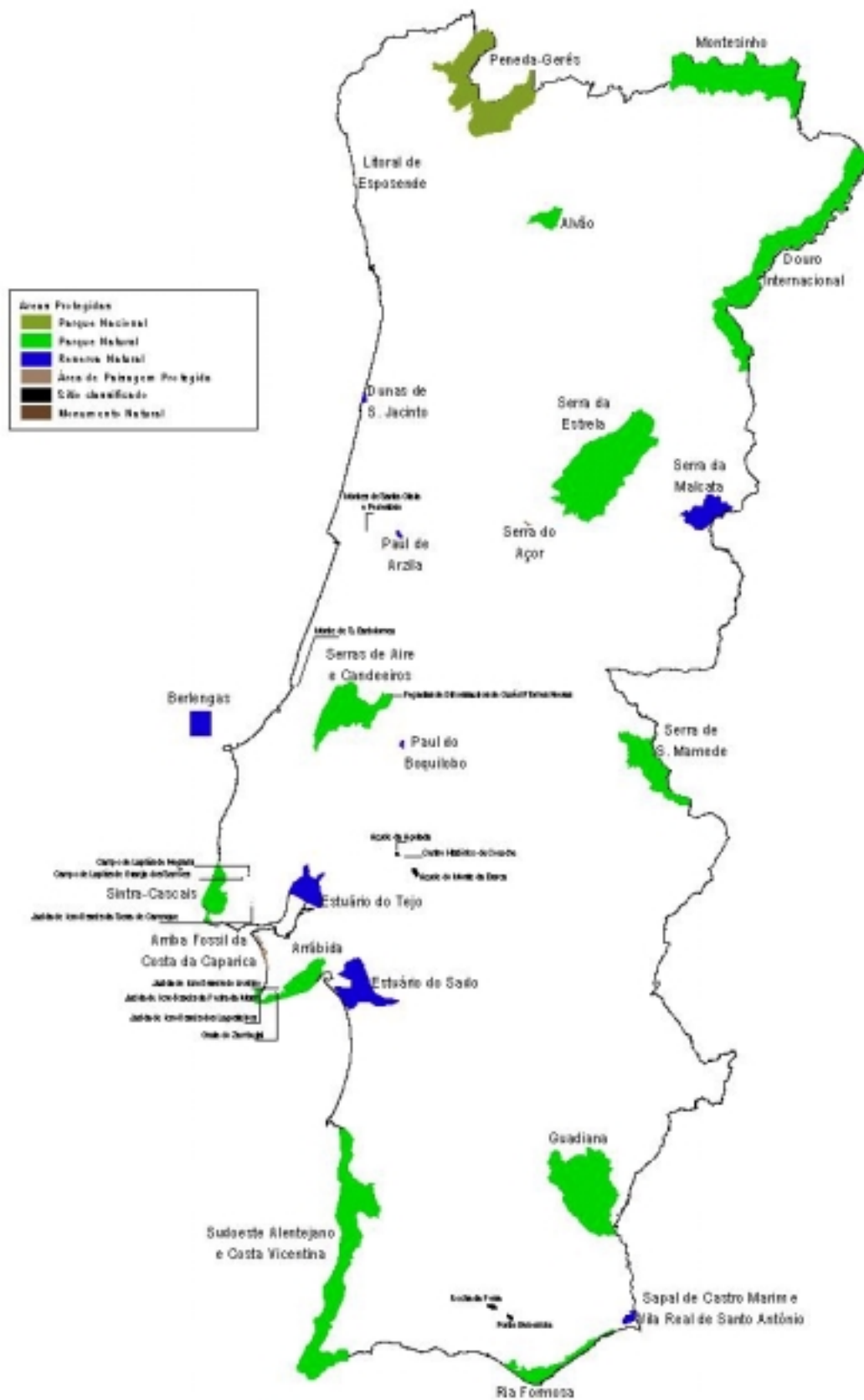


Figura 200 – Rede Nacional de Áreas Protegidas em final de 1998 em Portugal Continental (Fonte: ICN, 1999)

Em termos de evolução da capitação de Áreas Protegidas, ou seja, da superfície de território de Portugal Continental coberto por Áreas Protegidas *per capita*, os valores existentes no nosso país têm vindo a aumentar, como se pode ver na Figura 201. Também em relação a este indicador o nosso país encontra-se abaixo da média comunitária (Figura 202).

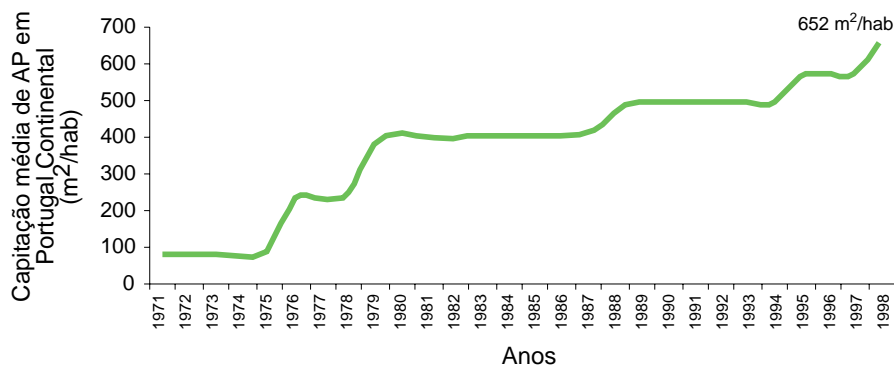


Figura 201 – Capitação de Áreas Protegidas em Portugal Continental (Fonte: ICN, 1999)

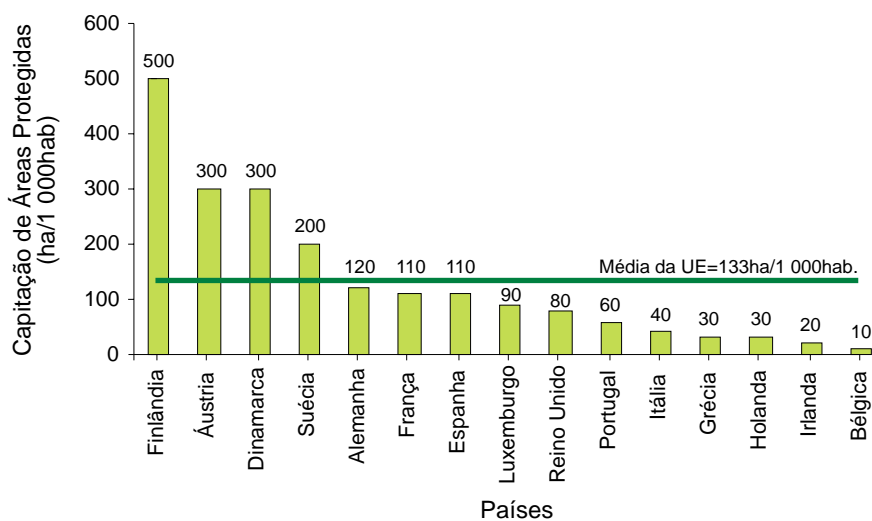


Figura 202 – Capitação de Áreas Protegidas em relação à população média do território dos Estados-membros da UE em 1996 (Fonte: OCDE, 1998)

População nas Áreas Protegidas

A população residente das áreas protegidas rondava, em 1991 (data do último recenseamento), os duzentos mil habitantes. À semelhança do que tem acontecido na maioria dos concelhos interiores do território nacional (cfr. capítulo sobre caracterização sócio-económica), a população residente em alguns dos concelhos abrangidos por áreas protegidas tem também diminuído como resultado da migração de população para os grandes centros urbanos.

A redução da população activa põe em risco a manutenção das actividades tradicionais que contribuem para a “modelação” dos espaços naturais e semi-naturais, factor essencial para a existência e manutenção de *habitats* onde algumas espécies protegidas ou ameaçadas têm o seu abrigo. A avaliação desta realidade necessita de uma análise da evolução da densidade populacional em cada uma das Áreas Protegidas, o que não será feito no âmbito deste Relatório. O Quadro 30 apresenta a densidade de ocupação em cada uma das áreas protegidas no ano 1998.

Quadro 30 – Densidade populacional em Áreas Protegidas, em 1991

| ÁREAS PROTEGIDAS | hab/km ² |
|-------------------------------------|---------------------|
| PARQUE NACIONAL | |
| Peneda - Gerês | 13,0 |
| PARQUES NATURAIS | |
| Alvão | 12,4 |
| Arrábida | 110,9 |
| Douro Internacional | 19,5 |
| Montesinho | 12,7 |
| Ria Formosa | 36,5 |
| Serra da Estrela | 43,4 |
| Serra de S. Mamede | 27,4 |
| Serras de Aire e Candeeiros | 84,5 |
| Sintra - Cascais | 196,3 |
| SW Alentejano e C. Vicentina | 30,9 |
| Vale do Guadiana | 7,2 |
| RESERVAS NATURAIS | |
| Berlenga | — |
| Dunas de S. Jacinto | — |
| Estuário do Sado | 38,5 |
| Estuário do Tejo | — |
| Paul de Arzila | — |
| Paul de Boquilobo | — |
| Sapal de C.Marim e V.R. Stº António | 104,9 |
| Serra da Malcata | — |
| PAISAGENS PROTEGIDAS | |
| Arriba Fóssil da C. Caparica | ? |
| Litoral de Esposende | 473,9 |
| Serra do Açor | 19,3 |
| DENSIDADE MÉDIA | 32,0 |

(Fonte: ICN, 1999)

A densidade média da população em áreas protegidas em 1991 era aproximadamente 32 hab/km², densidade populacional francamente inferior à da média de Portugal Continental, que era de 106 hab/km². No entanto, existia uma grande variabilidade entre áreas protegidas sem população residente, pouco habitadas, ou com densidade populacional mais elevada, de que são exemplo o Parque Natural da Arrábida (111 hab/km²), o Parque Natural Sintra/Cascais (196 hab/km²), ou a Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende (474 hab/km²).

Floresta em Áreas Protegidas

Pela leitura da Figura 203 pode verificar-se que, nas Áreas Protegidas, a floresta representa quase 40% da sua área total. Se a esta área juntarmos a área de incultos, que é de cerca de 20% da área total das áreas protegidas, e que compreende:

- matos com características específicas para conservação da natureza;
- matos destinados à cinegética, apicultura e pastorícia;
- área potencial para floresta,

pode concluir-se que aproximadamente 60% do território das Áreas Protegidas está inevitavelmente orientado para a gestão e ordenamento dos matos e da floresta existente.

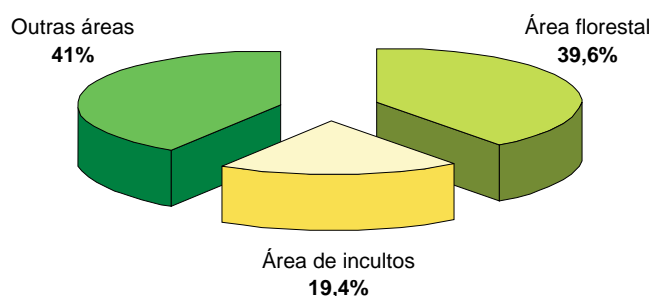


Figura 203 – Proporção de área florestal e área de incultos, em Áreas Protegidas, em 1997 (Fonte: ICN, 1998)

Coberto florestal

O tipo de coberto florestal tem uma grande importância na economia do sector primário, na medida em que existe um grande número de espécies e *habitats* dependentes, de certa forma, da sua gestão.

A ocupação florestal do território continental de Portugal abrange uma área que ronda os 3,3 milhões de hectares, correspondendo aproximadamente a 37% da sua área total. As maiores taxas de ocupação verificam-se na região centro litoral do país.

A Figura 204 ilustra a evolução do coberto vegetal de Portugal Continental desde há mais de um século.

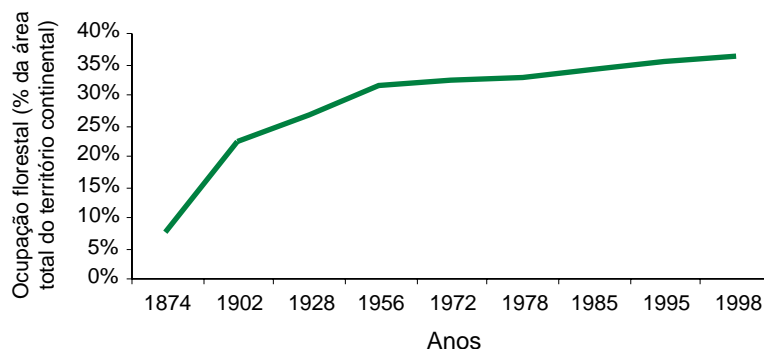


Figura 204 – Evolução da Ocupação Florestal (Fonte: DGF, Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa, 1998)

De acordo com os dados mais discriminados, disponíveis para o ano 1995, dessa área total 87,4% do coberto vegetal é ocupado por espécies tais como o pinheiro bravo (30,9%), o sobreiro (21,6%), o eucalipto (20,9%) e a azinheira (14,0%), sendo os restantes 12,6% compostos por outros carvalhos (4,0%), outras folhosas (3,6%), o pinheiro manso (2,4%), o castanheiro (1,2%), e outras resinosas (1,3%), como pode ser observado na Figura 205. O Quadro 31 apresenta a distribuição da ocupação florestal em 1995 por NUTS II.

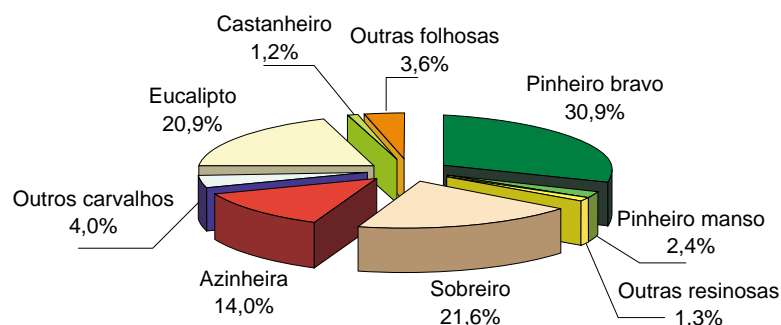


Figura 205 – Ocupação florestal em 1995
(Fonte: DGF, citado no REA MADRP, 1999)

Quadro 31 – Distribuição da ocupação florestal (1.000 ha) por NUTS II em 1995

| OCUPAÇÃO FLORESTAL | NORTE | CENTRO | LISBOA E VALE DO TEJO | ALENTEJO | ALGARVE | CONTINENTE |
|--------------------|--------------|--------------|-----------------------|----------------|--------------|----------------|
| Pinheiro bravo | 260,1 | 592,6 | 112,1 | 55,4 | 6,2 | 1.026,4 |
| Pinheiro manso | 0,3 | 1,0 | 14,9 | 53,2 | 9,2 | 78,6 |
| Outras resinosas | 31,4 | 10,5 | 2,2 | 0,4 | 0,0 | 44,5 |
| Sobreiro | 23,5 | 27,6 | 149,8 | 478,2 | 40,3 | 719,4 |
| Azinheira | 20,3 | 31,3 | 3,3 | 400,3 | 8,6 | 463,8 |
| Outros carvalhos | 63,6 | 58,7 | 9,4 | 2,4 | 0,0 | 134,1 |
| Eucalipto | 152,9 | 230,9 | 154,7 | 126,0 | 31,8 | 696,3 |
| Castanheiro | 33,5 | 6,3 | 0,2 | 0,1 | 0,2 | 40,3 |
| Outras folhosas | 67,2 | 28,0 | 11,2 | 8,5 | 5,6 | 120,5 |
| TOTAL | 652,8 | 986,9 | 457,8 | 1.124,5 | 101,9 | 3.323,9 |

(Fonte: DGF, citado no REA MADRP, 1999)

A Figura 206 evidencia, do ponto de vista evolutivo da ocupação florestal portuguesa, os elementos de referência para as principais espécies já referidas.

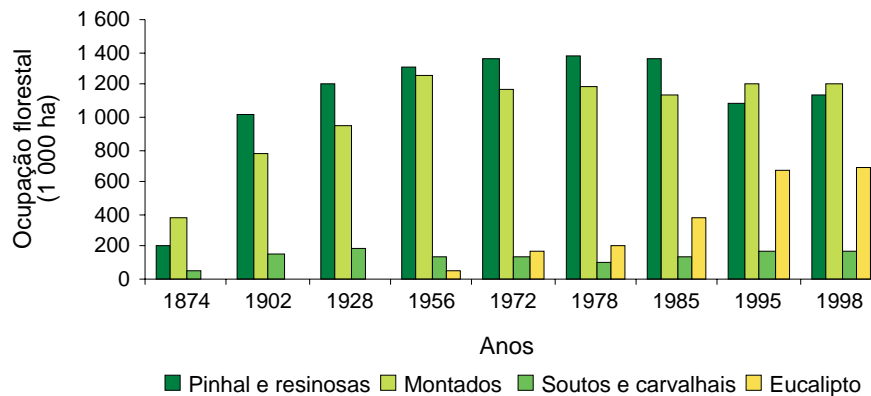


Figura 206 – Evolução da ocupação florestal
(Fonte: DGF, Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa, 1998)

Em 1998, de entre as principais espécies ou grupos de espécies florestais, pode observar-se que o pinhal e o montado são as formações que mais relevo têm.

A evolução da área florestal nos últimos anos, que se desenvolveu no sentido da expansão da área de eucalipto em detrimento da área de pinheiro bravo, origina um coberto pobre onde pouca ou nenhuma flora ou fauna se desenvolvem, podendo aumentar, desta forma, a sensibilidade a incêndios, a erosão, a desertificação dos solos e mesmo o assoreamento de rios.

É de referir que a diminuição da existência de soutos e carvalhais tem vindo a ser acompanhada pela sua recuperação e valorização (cfr. indicadores de resposta).

Os montados¹, que ocupam hoje em dia uma área de aproximadamente 1,2 milhões de hectares, assim como os lameiros², são elementos fundamentais das paisagens onde se inserem, quer pela elevada biodiversidade que encerram, quer pela sua raridade no caso dos lameiros; contribuem, desta forma, de modo relevante para a identidade cultural das regiões onde ocorrem.

A distribuição regional das principais espécies produtivas florestais é a seguinte:

- o pinheiro bravo concentra-se nas regiões Norte e Centro do país e em especial nas suas sub-regiões litorais, com uma área de cerca de 1,1 milhões de hectares;
- os montados de sobro e de azinho estão maioritariamente representados a Sul do Tejo, embora a sua representação seja também significativa nas regiões de Castelo Branco, Santarém e Trás-os-Montes, correspondendo a uma área de 1,2 milhões de hectares;
- o eucalipto está distribuído em especial na região Centro, mas com povoamentos igualmente importantes na região Sul litoral, com uma ocupação de aproximadamente 700 mil hectares. Esta espécie, depois de uma expansão bastante lenta, desde a década de 60 encontra-se em crescimento desde meados dos anos oitenta.

¹ Os montados são sistemas agrosilvopastoris cuja estrutura se baseia na existência de um estrato arbóreo de azinheira ou sobreiro e de culturas extensivas, respectivos pousios ou pastagens sob coberto.

² Os lameiros são prados permanentes de montanha. Normalmente situam-se em vales profundos, perto de linhas de água.

A Figura 207 ilustra a distribuição e predominância das principais espécies florestais no país.

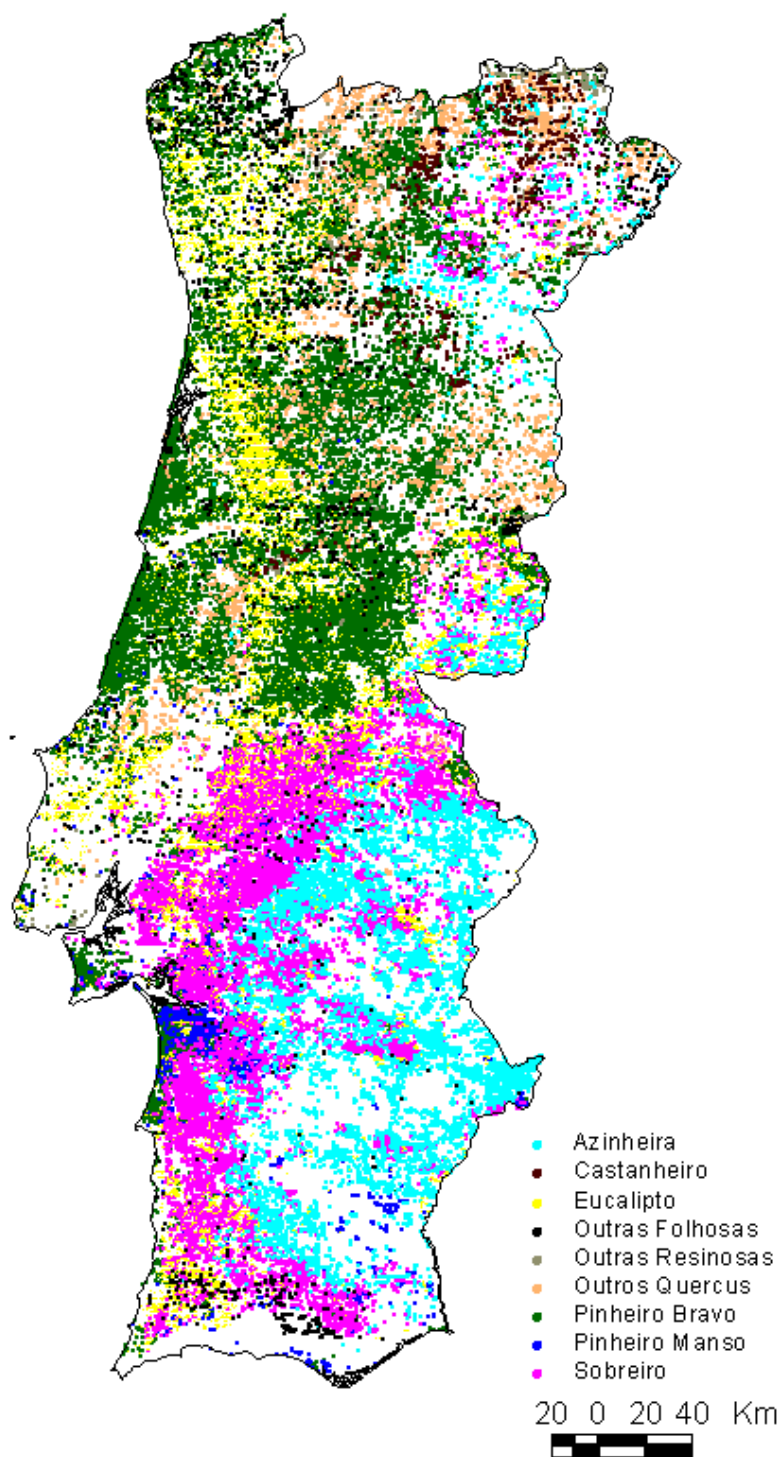


Figura 207 – Distribuição das principais espécies florestais
(Fonte: DGF, 1999)

Fazendo uma tradução quantitativa resumida da "floresta em números", pode dizer-se que:

- 37% do solo nacional é ocupado com floresta;
- 6,1% da população activa está empregada no sector florestal;
- 85% das explorações florestais nacionais têm um área média inferior a 5 ha;
- 18% do total das exportações nacionais provêm da produção florestal;
- Portugal é o 3º país da União Europeia com um peso relevante do sector florestal no PIB.

Espécies ameaçadas

Portugal detém uma grande diversidade florística e faunística, para a qual contribui de forma considerável o território insular, situado no Oceano Atlântico e inserido na região da Macaronésia. Possui um elevado número de endemismos, bem como espécies que são consideradas “reliquias” do ponto de vista biogeográfico e genético.

Pode, assim, dizer-se que estamos perante uma situação bastante diversificada em termos de património natural, embora variando de intensidade e significado com as épocas e as regiões.

Relativamente ao estado da flora e fauna em Portugal Continental, o “*Relatório do Estado do Ambiente de 1998*” refere de forma relativamente detalhada o número e designação das espécies existentes, bem como o seu estado de protecção.

Flora

As principais zonas de ocorrência da vegetação natural portuguesa são o litoral rochoso ou arenoso, com especial destaque para a costa sudoeste, o nordeste transmontano e o planalto central da Serra da Estrela.

Existem cerca de 3.000 espécies da flora vascular identificadas, das quais 124 são protegidas. Em 1996 foi possível completar estudos relacionados com a distribuição, biologia, evolução, potencial e estado de conservação para 293 espécies de flora que, conjuntamente com a aplicação da *Directiva Habitats*, permitiu concluir que 56% das espécies diminuíram a sua área de ocorrência, 26% aumentaram e 18% mantiveram a mesma área de ocorrência.

Fauna

No que diz respeito à fauna, a publicação, em 1990, do *Livro Vermelho dos Vertebrados em Portugal*, permitiu reunir conhecimentos sobre o estado dos diversos grupos taxonómicos.

No Quadro 32, está representado o número de espécies ameaçadas, segundo o grupo taxonómico a que pertencem.

Quadro 32 – Número de espécies ameaçadas e protegidas

| Grupo taxonómico | Total | Nº de espécies ameaçadas |
|------------------------------------|--------------|---------------------------------|
| Mamíferos | 90 | 40 (44%) |
| Peixes dulciaquícolas e migradores | 28 | 22 (79%) |
| Répteis | 29 | 9 (31%) |
| Anfíbios | 17 | 2 (12%) |
| Aves | 300 | 87 (29%) |
| Peixes marinhos e estuarinos | 531 | 64 (12%) |
| Flora | 3000 | 293 (10%) |
| Total | 3995 | 517 (13%) |

(Fonte: ICN, 1999)

Indicadores de Resposta

Guardas e vigilantes da natureza

Elemento vital na Rede Nacional de Áreas Protegidas é o Corpo de Guardas e Vigilantes da Natureza, formado no início dos anos 80 com o principal objectivo de vigiar as zonas que têm estatuto de protecção.

A tarefa mais comum dos guardas e vigilantes da natureza passa pela patrulha e fiscalização das actividades dentro do território das Áreas Protegidas. Porém, outras tarefas são igualmente fundamentais como a protecção do património faunístico, florístico, arquitectónico e cultural, passando pelas actividades de sensibilização e conservação do ambiente, a colaboração em acções de educação ambiental, a sensibilização para a análise das consequências das acções humanas e o acolhimento e informação dos visitantes.

A Figura 208, ilustra a evolução do número de guardas e vigilantes existentes, onde se pode constatar o grande aumento registado relativamente aos vigilantes a partir de 1990.

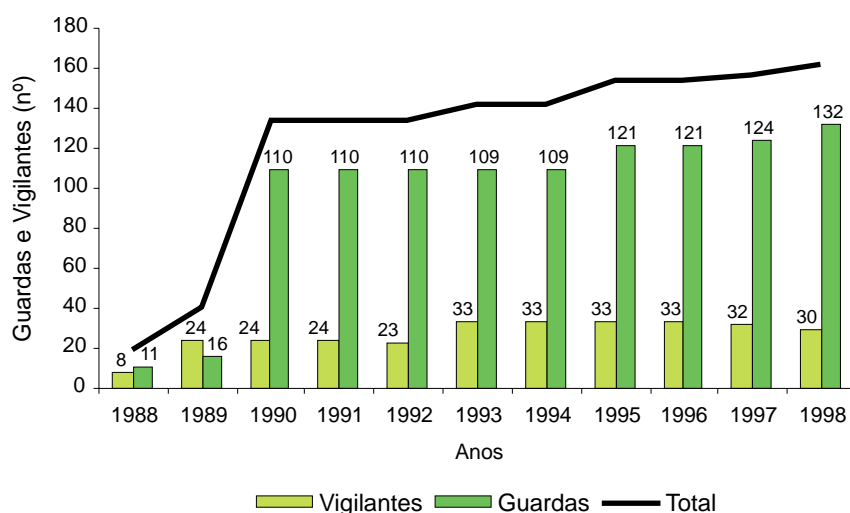


Figura 208 – Evolução do nº de Guardas e Vigilantes da Natureza (Fonte: ICN, 1999)

Na Figura 209 correlaciona-se o número total de guardas ou vigilantes da natureza com a superfície total de Áreas Protegidas. Pode verificar-se que se tem vindo a caminhar no sentido da existência de melhores condições de vigilância das Áreas Protegida, na medida em que a área a cargo de cada guarda ou vigilante da natureza tem vindo a diminuir.

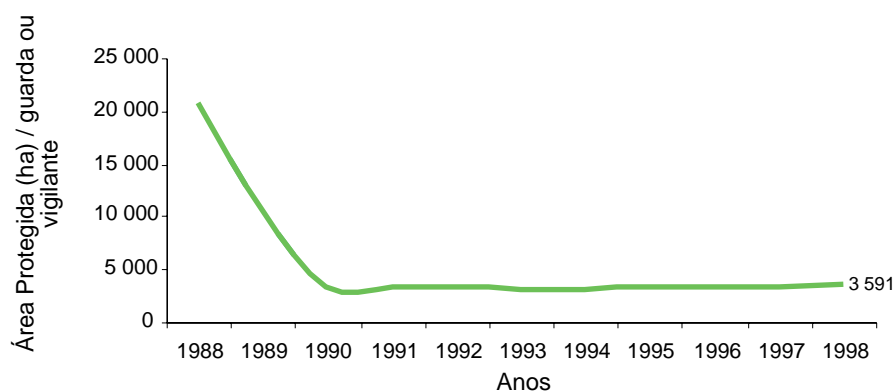


Figura 209 – Superfície de Área Protegida, em hectares, a cargo de cada guarda ou vigilante da natureza (Fonte: ICN, 1999)

O Quadro 33 regista o nº total de guardas e vigilantes da natureza presentes em cada área protegida, em 1998.

Quadro 33 – Distribuição dos Guardas e Vigilantes da Natureza em 1998

| ÁREA PROTEGIDA | VIGILANTES (Nº) | GUARDAS (Nº) | TOTAL |
|------------------------------------|-----------------|--------------|------------|
| PN Peneda-Gerês | - | 17 | 17 |
| PN Sintra-Cascais | 2 | 12 | 14 |
| PN Montesinho | 4 | 9 | 13 |
| PN Ria Formosa | 3 | 8 | 11 |
| PN Sª Estrela | 2 | 9 | 11 |
| PNSA Candeeiros | 1 | 9 | 10 |
| PN Arrábida | 3 | 6 | 9 |
| RNP Arzila | 1 | 7 | 8 |
| PNS S.Mamede | 4 | 3 | 7 |
| RNS Malcata | 1 | 6 | 7 |
| PNSW Alentejano C.V. | 1 | 5 | 6 |
| RND S.Jacinto | 2 | 3 | 5 |
| RNE Sado | 1 | 4 | 5 |
| RNP Boquilobo | 1 | 4 | 5 |
| PPAFC Caparica | 1 | 4 | 5 |
| PN Vale do Guadiana | - | 4 | 4 |
| RNE Tejo | 1 | 3 | 4 |
| PN Alvão | 1 | 3 | 4 |
| RNSCMVR S.António | - | 3 | 3 |
| PN Douro Internacional | - | 2 | 2 |
| RN Berlenga | 1 | 1 | 2 |
| PPL Esposende | - | 2 | 2 |
| PP Sª Açor | - | 2 | 2 |
| Açudes do Monte da Barca e Agolada | - | 2 | 2 |
| Lagoa de Albufeira | - | 2 | 2 |
| Divisão Aplicação Conv | 1 | 1 | 2 |
| Matinha de Queluz | - | 1 | 1 |
| TOTAL | 30 | 132 | 162 |

(Fonte: ICN, 1999)

Rede Natura 2000

Duas das mais importantes directivas comunitárias no sector da conservação da natureza estão integradas no processo da criação da Rede Natura 2000: a “Directiva Habitats”, relativa à preservação dos *habitats* naturais e da fauna e flora selvagens (Directiva 92/43/CEE do Conselho de 21 de Maio), e a “Directiva Aves”, relativa à conservação das aves selvagens (Directiva 79/409/CEE do Conselho de 2 de Abril).

A Rede Natura 2000 é uma rede europeia que assenta os seus princípios base na compatibilização das actividades humanas com a conservação de sítios de importância natural. É constituída pelo conjunto das Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e Zonas de Protecção Especial (ZPE), cuja área total ronda os 1.137.836 ha em Portugal Continental (12,8% do território).

A Figura 210 ilustra a situação da lista nacional de sítios em 1998, que permitiu considerá-los como os locais mais representativos para a conservação dos *habitats* naturais e espécies de flora e fauna.

Por decisão do Governo, a aprovação da Lista Nacional de Sítios deverá ser desenvolvida por fases. Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97 de 5 de Junho, são 31 os Sítios aprovados na 1ª fase.

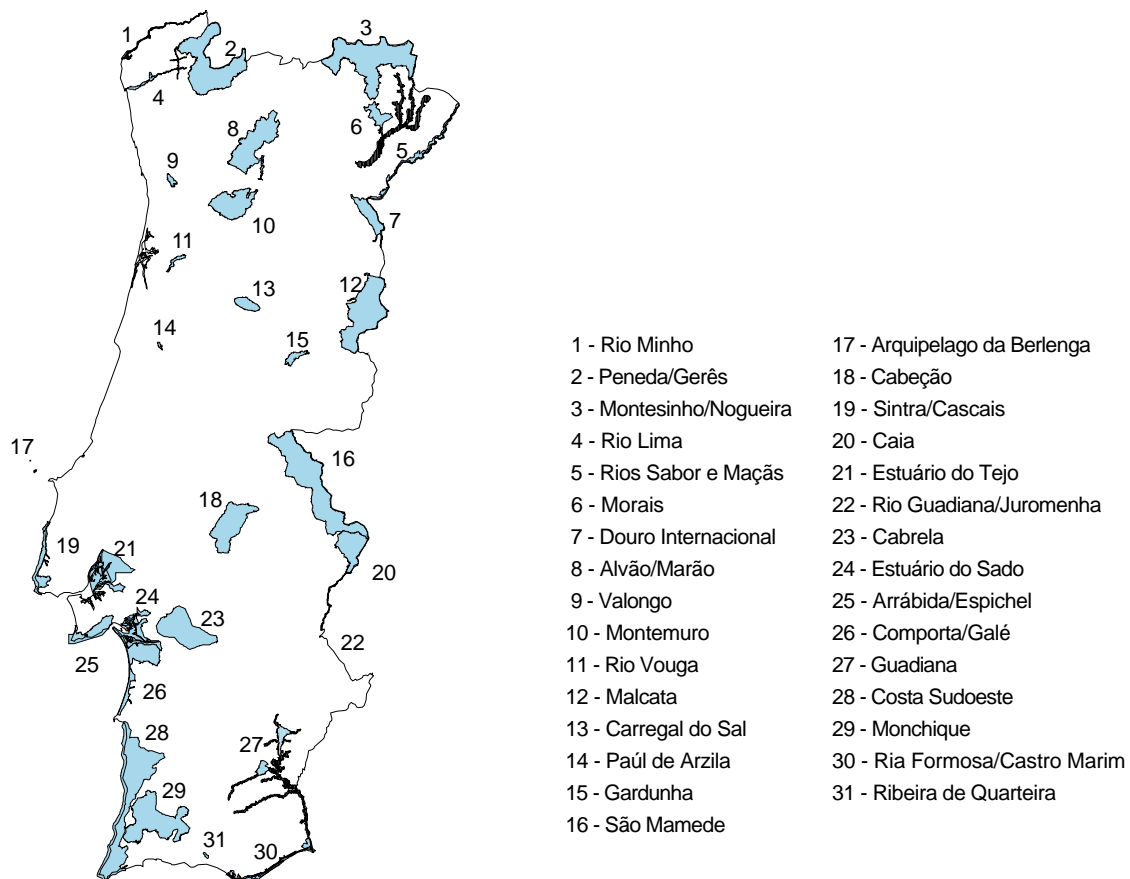


Figura 210 – Lista Nacional de Sítios (1ª fase)
(Fonte: ICN, 1999)

A Rede Natura protege, a nível comunitário, 182 espécies e sub-espécies de aves, incluindo as aves migradoras; 253 tipos de *habitats*, 200 animais e 434 plantas.

Espécies protegidas

Os estudos e levantamentos efectuados sobre o estado de conservação dos diversos grupos taxonómicos consideraram necessário tomar medidas urgentes para determinadas espécies a fim de evitar a sua extinção.

No Quadro 34 está representado o número de espécies sujeitas a estatuto de protecção, segundo o grupo taxonómico a que pertencem.

Quadro 34 – Espécies protegidas em Portugal Continental

| Grupo taxonómico | Total | Nº de espécies protegidas |
|------------------------------------|--------------|----------------------------------|
| Mamíferos | 90 | 74 (82%) |
| Peixes dulciaquícolas e migradores | 28 | 23 (82%) |
| Répteis | 29 | 29 (100%) |
| Anfíbios | 17 | 17 (100%) |
| Aves | 300 | 293 (98%) |
| Peixes marinhos e estuarinos | 531 | — |
| Flora | 3000 | 124 (4%) |
| Total | 3995 | 560 (14%) |

(Fonte: ICN, 1999)

Reserva Ecológica Nacional

A Reserva Ecológica Nacional constitui uma estrutura biofísica básica e diversificada que, através do condicionamento à utilização de áreas com características ecológicas específicas, garante a protecção de ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das actividades humanas (Art.º 1 do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março).

A proposta de delimitação dessas áreas é elaborada pelas Direcções Regionais do Ministério do Ambiente (com a contribuição pontual de outras entidades, como quando está em causa o domínio público hídrico), competindo ao Governo a aprovação da integração ou exclusão de áreas da REN.

O ponto de situação dos processos de delimitação da REN está sumariado no Quadro 35, que apresenta a situação da publicação da cartografia REN concelhia por NUTS II.

Quadro 35 – Situação da publicação da cartografia da REN Concelhia por NUTS II no final de 1998

| Região | N.º de concelhos | % |
|-----------------------|-------------------------|----------|
| Norte | 64 em 84 concelhos | 76 % |
| Centro | 78 em 78 concelhos | 100 % |
| Lisboa e Vale do Tejo | 30 em 51 concelhos | 59 % |
| Alentejo | 38 em 46 concelhos | 83 % |
| Algarve | 6 em 16 concelhos | 38 % |

(Fonte: ICN, 1999)

Gestão do Litoral

A gestão do espaço litoral integrado nas Áreas Protegidas é da responsabilidade do ICN. Constitui uma parte considerável do total de Áreas Protegidas em Portugal Continental: cerca de 37%, que ocupam aproximadamente 290 km de linha de costa, o que corresponde a aproximadamente 1/3 do total da linha de costa. Nesta faixa litoral o seu planeamento é feito através da adopção de medidas que visam a protecção e preservação desses espaços, atendendo à compatibilização do desenvolvimento económico com a protecção dos valores naturais existentes. Efectivamente, cerca de 76% da população portuguesa, responsável por 85% do PIB, concentra-se na faixa litoral, sendo, por isso, mais urgente aqui a planificação das actividades humanas, em particular nas áreas protegidas.

A Figura 211 apresenta a localização das áreas protegidas integradas ao longo da faixa litoral.

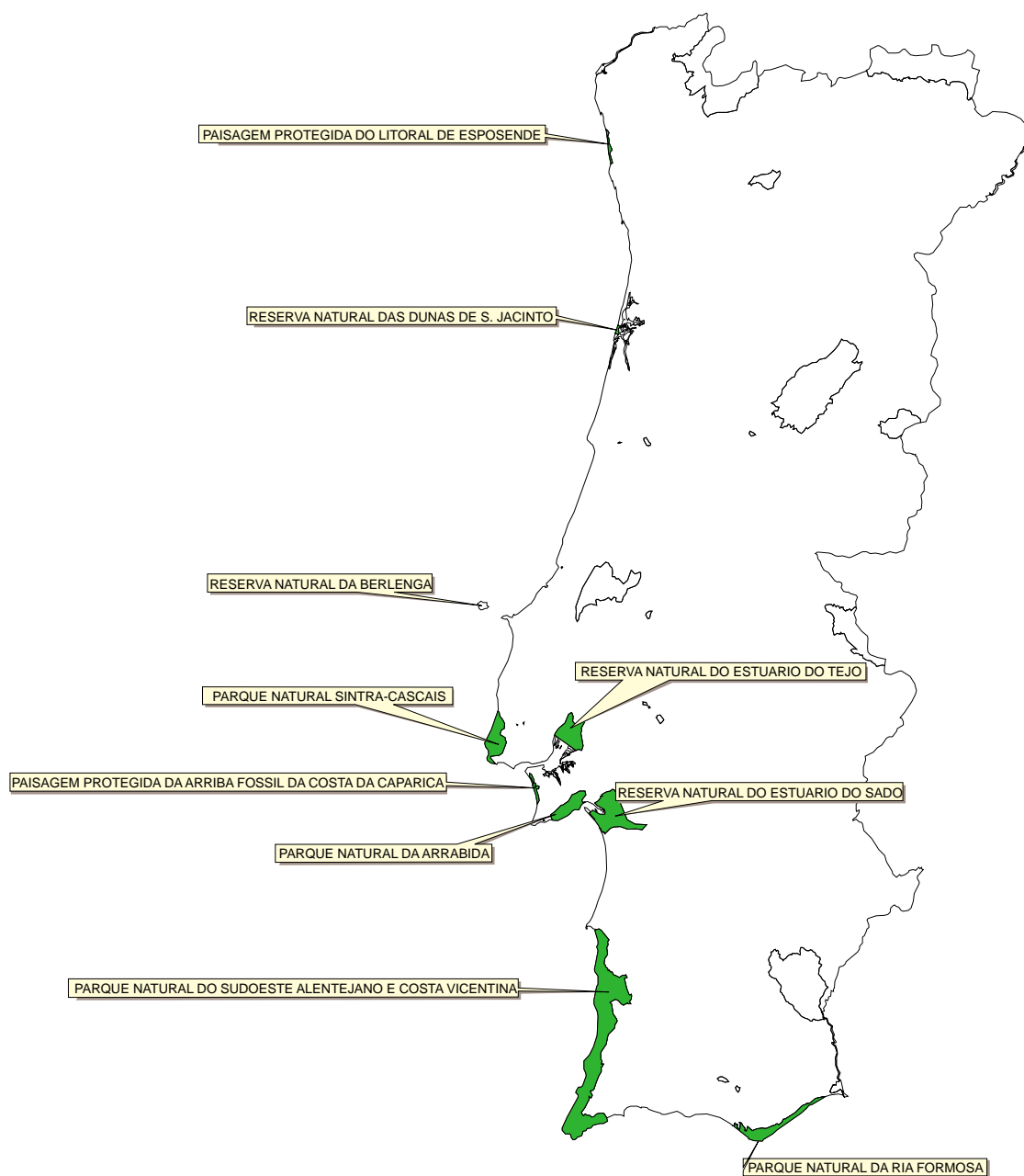


Figura 211 – Áreas Protegidas com faixa litoral
(Fonte: DGA, 1999)

Áreas Protegidas Marinhas

Acompanhando o que tem sido feito noutros países, desde 1995 que o ICN tem vindo a promover a criação de Áreas Protegidas Marinhas. Inicialmente (1995) foi classificada como Parque Marinho a área que acompanha o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, seguindo-se em 1998 as áreas adjacentes ao Parque Natural da Arrábida (Parque Marinho do Parque Natural da Arrábida) e à Reserva Natural das Berlengas (Reserva Marinha da Reserva Natural das Berlengas).

A Figura 212 ilustra esta evolução, atingindo-se valores que, em 1998, representam 1,5% da área da plataforma continental – zona de particular riqueza ecológica, e por isso económica, para os Estados costeiros.

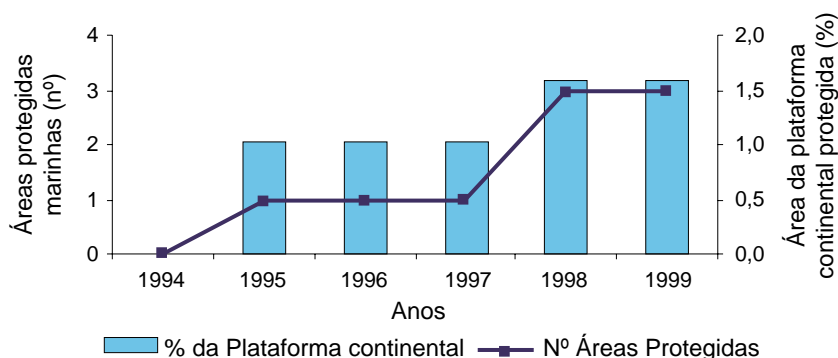


Figura 212 – Áreas Protegida Marinhas
(Fonte: ICN, 2000)

Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas

Desde 1981 que as Áreas Protegidas têm vindo a ser sujeitas a planos de ordenamento específicos, de modo a melhor gerir e otimizar estes espaços. Na Figura 213 apresenta-se a percentagem de superfície de Áreas Protegidas com Planos de Ordenamento (PO) aprovados, face à superfície total ocupada por Áreas Protegidas, sendo a meta a atingir que em 2006 a totalidade destas Áreas esteja coberta por planos de ordenamento.

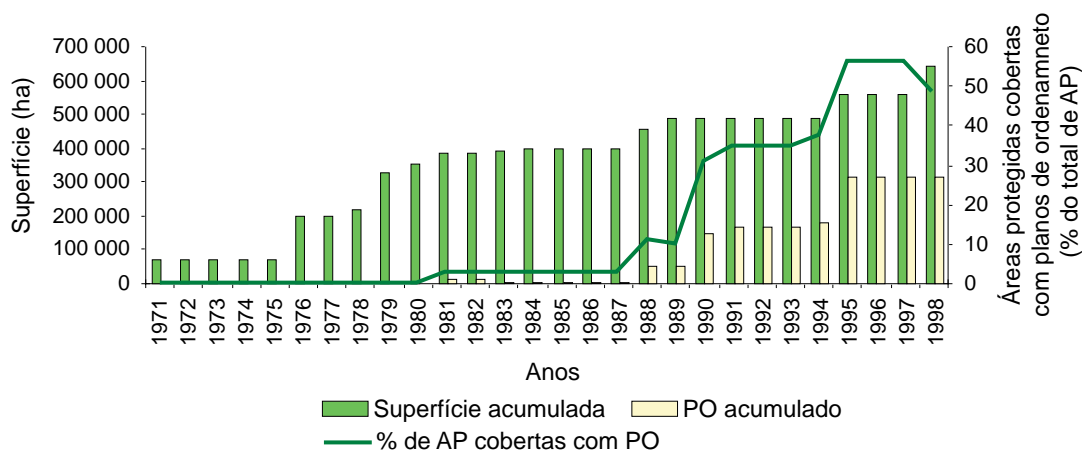


Figura 213 – Superfície de áreas protegidas com Plano de Ordenamento
(Fonte: ICN, 2000)

Turismo Sustentável em Áreas Protegidas

As Áreas Protegidas, consideradas como um conjunto valioso e diversificado do património natural, têm-se tornado num destino turístico de crescente procura, aumentando assim, cada vez mais o seu número de visitantes, atraídos não só pelo enorme potencial paisagístico e de qualidade ambiental como também pela riqueza histórico-cultural que estas áreas encerram.

O desafio colocado à gestão do património natural, por um lado e à diversificação e sustentabilidade das actividades turísticas por outro, levou a que na sequência das recomendações do Rio- Cimeira da Terra - dos objectivos da Convenção da Biodiversidade e ainda das políticas de integração do ambiente nos sectores-chaves da economia decorrentes do 5º Programa da CE para o ambiente e desenvolvimento sustentável, se implementasse o conceito e os objectivos do Turismo Sustentável.

Turismo Sustentável, pode ser definido como “todas as formas de desenvolvimento turístico, planeamento e actividades que mantenham a integridade social e económica das populações, bem como a perenidade do património natural, construído e cultural”³

Neste contexto, é de realçar o Programa Nacional de Turismo de Natureza, criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 112/98, de 25 de Agosto, na sequência do Protocolo de Cooperação celebrado entre a Secretaria de Estado do Turismo e a Secretaria de Estado do Ambiente, assinado em 12 de Março de 1998.

Este Programa pretende promover a criação de uma oferta integrada de produtos de recreio e turismo, perfeitamente enquadrados nos objectivos de conservação de cada Área Protegida, contribuindo para potenciar a actividade turística, através da criação de sinergias que promovam o desenvolvimento das populações locais, em pleno respeito pelas suas tradições e aspirações económicas e sociais.

O PNTN prevê ainda, entre outras, a concretização das seguintes medidas:

- Animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza nas áreas protegidas
- Requisitos das instalações e do funcionamento das casas de natureza
- Regulamentação das medidas de animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza nas áreas protegidas
- Elaboração do Plano de Promoção
- Elaboração de um Guia de Natureza
- Elaboração de um código de conduta para o turismo de natureza
- Elaboração de um Plano de Formação Profissional
- Estabelecimento do regime relativo aos “Guias de Natureza”

³ “Loving them to death!”, Federação Europeia dos Parques Nacionais e Naturais, 1993

A pressão turística, bem como a caracterização da situação do número de visitantes em áreas protegidas, é um assunto que está desenvolvido, de forma mais detalhada, no capítulo “Desempenho dos diferentes sectores da actividade económica”, no tema correspondente ao turismo.

Desde já apresenta-se na Figura 214 um resumo da evolução do número de visitantes em áreas protegidas entre 1996 e 1998.

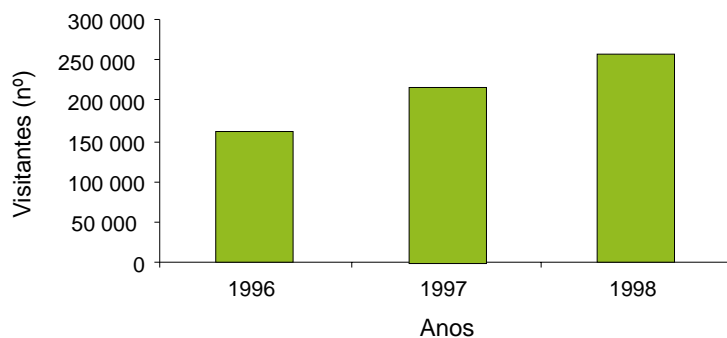


Figura 214 – Evolução do número de visitantes às estruturas das áreas protegidas (Fonte: ICN, 2000)

Planos de Valorização ou Recuperação de Soutos e Carvalhais

Em determinadas Áreas Protegidas têm sido levadas a cabo, pelo ICN em colaboração com diversos organismos do MADRP e outros, diversas acções relacionadas com a recuperação ou valorização de soutos e carvalhais, que se passam a referir:

- no Parque Natural de Montesinho foram tomadas medidas de intervenção nos soutos com o fim de melhorar o conhecimento e posterior controlo da doença da tinta; quanto aos Carvalhais, não existem intervenções a nível global, mas são abrangidos por Medidas Agro-Ambientais e pelo programa INTERREG; futuramente, após a aprovação de um Projecto da Medida 3 PAMAF (Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal), será implementado um plano de intervenção florestal no Concelho de Vinhais, com medidas concretas de gestão de espécies específicas (Castanheiro e Carvalho negral);
- no Parque Natural do Alvão são realizados ensaios, essencialmente sobre a limpeza de carvalhais, com simultânea sensibilização no sentido de informar qual a melhor forma de executar esta limpeza; são também feitos estudos sobre a doença da tinta, existindo no Parque um “Banco de Pés-mãe” para a criação de clones resistentes à doença da tinta;
- no Parque Nacional da Peneda-Gerês faz-se a limpeza de carvalhais e, desde 1992, procedem-se a novas arborizações do Carvalho negral e do Carvalho comum através do PAMAF/PDF e do Fundo de Coesão; o Plano de Ordenamento do Parque engloba também diversas acções relativamente ao Carvalhal;
- no Parque Natural da Serra de S. Mamede, relativamente aos soutos faz-se a limpeza, escolha, calibragem e acondicionamento dos frutos, processo necessário à obtenção da “certificação de

origem"; existem acções pontuais sobre a doença da tinta do Castanheiro; nos Carvalhais (Carvalho negral e Carvalho cerquinho) a incidência vai para a melhoria da poda, tendo em conta que a poda tradicional se torna muito drástica; estão a ser feitos estudos sobre a entomofauna do Castanheiro e sobre as propriedades organolépticas da castanha;

- no Parque da Serra da Estrela tem sido feita a caracterização dos Carvalhos e Castanheiros existentes, bem como a sua cartografia tendo em vista a sua permanente actualização; são também realizadas acções de sensibilização relativamente à doença da tinta.

Fomento duma florestação sustentável

Dadas as condições edafo-climáticas do território nacional, a floresta tem um papel determinante na protecção dos solos contra a erosão e na regularização do ciclo hidrológico. É, por isso, necessário apoiar a expansão e melhoria da área florestada, associada ao fomento da sua utilização para fins múltiplos e ao desenvolvimento da rede de infraestruturas florestais.

Enquadradas neste objectivo estão as Medidas Florestais na Agricultura, as medidas previstas no Programa de Desenvolvimento Florestal, a Lei de Bases da Política Florestal e o Plano de Desenvolvimento Sustentável das Florestas Portuguesas.

As **Medidas Florestais na Agricultura** (Regulamento (CEE) n.º 2080/92), prevêem a utilização alternativa de terras agrícolas com recurso à sua arborização, bem como a beneficiação das superfícies arborizadas em explorações agrícolas.

O **Programa de Desenvolvimento Florestal** (PDF), inserido na Medida Florestas no âmbito do PAMAF (Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal), é o principal instrumento de apoio à expansão e valorização da área florestal nacional.

No contexto do PDF têm sido desenvolvidas acções com objectivos específicos de rearborização de áreas ardidas, de melhoria da área florestal existente, de arborização de novas áreas, de instalação e beneficiação de viveiros florestais, de melhoramento florestal e de manutenção e construção de infraestruturas, bem como de utilização múltipla do espaço florestal. O PDF promove, assim, o aumento da área florestal, num total de 233.300 ha/ano, reportando-se este valor a:

- novas arborizações (84.000 ha/ano),
- aproveitamento da regeneração (6.000 ha/ano),
- recuperação de povoamentos antigos (15.000 ha/ano) e
- beneficiação e intervenções culturais (128.300 ha/ano).

Ainda no âmbito do sector florestal, a **Lei de Bases da Política Florestal** (Lei n.º 33/96 de 17 de Agosto) constituiu um marco importante ao consagrar os princípios gerais a que deve obedecer a Política Florestal Nacional, baseada em novos conceitos e linhas de actuação. Com o intuito de minorar os prejuízos e desincentivar os fogos de origem criminosa, surgiram nesta Lei de Bases algumas obrigações legais que impõem a reflorestação após o incêndio, sendo proibida, durante 10 anos, a construção nas áreas afectadas.

A sustentabilidade da produção florestal em Portugal deve, no entanto, e tal como foi visto nos indicadores de pressão, ser reavaliada, e também é neste sentido que a Direcção Geral de Florestas (MADRP) publicou o **Plano de Desenvolvimento Sustentável das Florestas Portuguesas** em 1998.

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992) a preocupação da comunidade internacional acerca da gestão sustentável da floresta era já considerada uma necessidade e remontava à carta de princípios do Clube de Roma (1970) e ao Relatório Brundtland (1980); mas foi depois da Conferência Ministerial de Helsínquia para a Protecção das Florestas da Europa (1993) que a importância da conservação da biodiversidade das florestas se tornou bastante relevante e com objectivos mais claros.

Julga-se que este Plano é um bom indicador de resposta à necessidade de desenvolver sustentavelmente a floresta portuguesa.

Investimentos na prevenção e combate aos incêndios florestais

A Figura 215 ilustra os investimentos feitos, pelo Ministério da Administração Interna, na prevenção e combate de incêndios florestais.

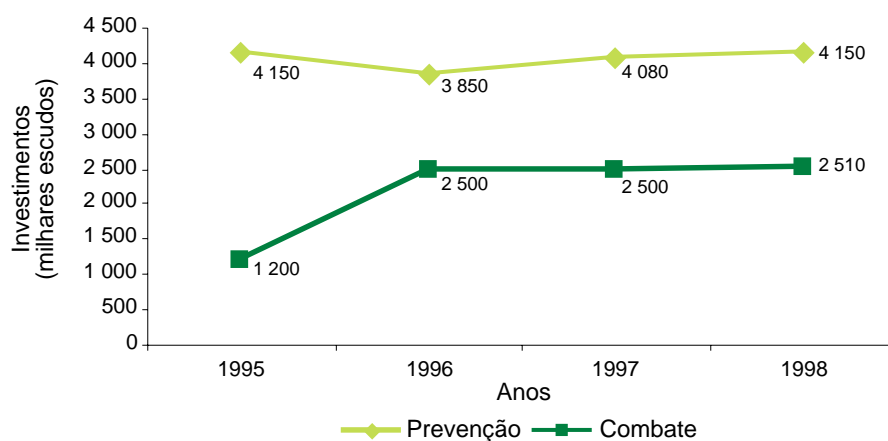


Figura 215 – Investimentos na prevenção e combate de incêndios
(Fonte: MAI, 1998)

Convenções e acordos internacionais

A nível global, é importante referir o trabalho realizado no sentido do cumprimento da aplicação das seguintes Convenções:

- **Washington** (CITES), sobre o comércio internacional de espécies da flora e da fauna selvagens ameaçadas de extinção;
- **Ramsar**, sobre as zonas húmidas de importância internacional, onde se destaca o trabalho decorrente da declaração de zonas húmidas como Sítios;

Portugal possui uma área total de 658 km² de zonas húmidas da superfície territorial, perfazendo uma percentagem de 0,7% da área total do país, sendo 10 os sítios Ramsar.

Relativamente à declaração de zonas húmidas como Sítios, resultantes da Convenção de Ramsar, como se pode observar no gráfico da Figura 216 as estradas são a maior causa de impactes nas zonas húmidas em países com densas infra-estruturas.

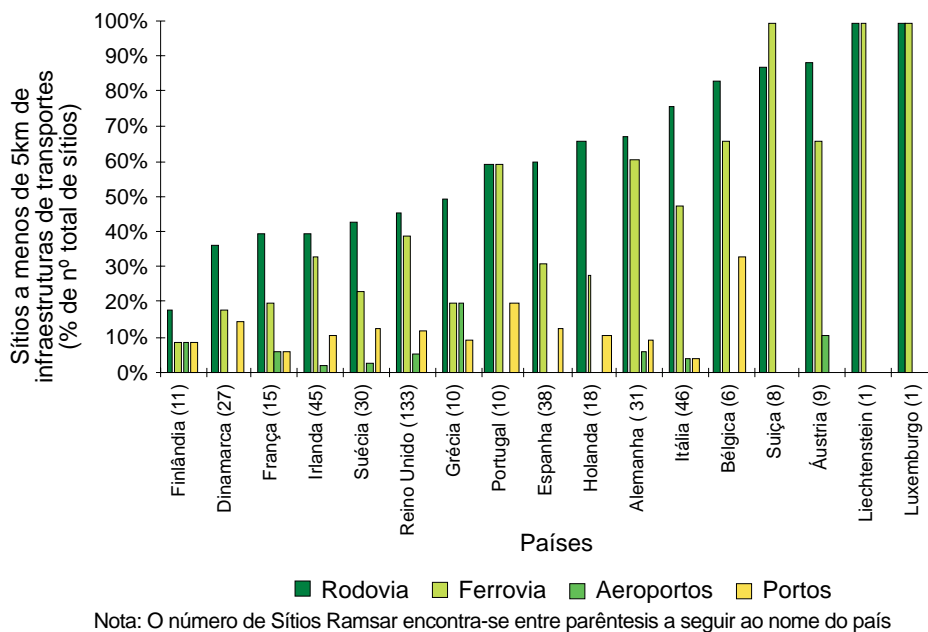


Figura 216 – Proximidade das infra-estruturas de transportes aos Sítios Ramsar
(Fonte: Yearly Indicator Report - AEA, 1999)

- **Berna**, relativa à protecção da vida selvagem e do ambiente natural na Europa;
- **Bona**, para a conservação das espécies migradoras.

Refere-se ainda a participação de Portugal no âmbito da Estratégia Pan-Europeia da diversidade biológica e da paisagem.

No âmbito do sector florestal, Portugal foi um dos Estados Signatários de um conjunto de resoluções adoptadas nas Conferências Ministeriais para a Protecção das Florestas na Europa, das quais se destaca a Resolução H1 – "Princípios Gerais para a Gestão Florestal Sustentável na Europa" e a Resolução H2 – "Princípios Gerais para a Conservação da Biodiversidade das Florestas Europeias". Assumiu ainda a responsabilidade de coordenar as redes de representantes nacionais relativas à base

de dados europeia sobre incêndios florestais, e à gestão sustentável dos ecossistemas florestais de montanha, decorrentes das duas resoluções aprovadas na 1.ª Conferência Ministerial de Estrasburgo, sendo, juntamente com a Finlândia, signatários responsáveis pelo acompanhamento das quatro Resoluções de Helsínquia. No âmbito do Processo de Acompanhamento da Conferência Ministerial para a Protecção das Florestas na Europa (Junho de 1998), foram elaborados e adoptados seis critérios e vinte sete indicadores de Gestão Florestal Sustentável, que a DGF está a desenvolver e procurar aplicar a Portugal e que constituirão, em matéria de sustentabilidade, um "guião para gestores florestais".

Projecto Castro Verde

O "Projecto Castro Verde" é um exemplo prático do desenvolvimento do eco-turismo na região de Castro Verde (Alentejo) da responsabilidade de uma organização não governamental de ambiente (ONGA), a Liga para a Protecção da Natureza (LPN).

O principal objectivo do projecto assenta no desenvolvimento de acções que permitem preservar a avifauna dos campos de cereal da região do Campo Grande, de Castro Verde, oferecendo às aves um local tranquilo onde a caça é interdita e onde, graças à sementeira de plantas que lhes servem de alimento, encontram recursos em abundância.

O projecto surgiu como resposta ao facto de algumas áreas dessa zona, bastante importantes para as aves estepárias - como é o caso particular das abetardas - terem sido adquiridas por companhias de produção de celulose que pretendiam florestá-las.

Através do programa LIFE — programa comunitário de protecção da natureza — foi possível conseguir financiamento para a aquisição destas áreas e implementação de uma política de gestão agrícola compatível com a conservação das aves.

Assim, o plano criado no âmbito de medidas agro-ambientais, atribui apoios anuais a agricultores da região, que se comprometem a seguir as condições estipuladas de protecção do património natural.

A área foi classificada como ZPE para aves.

Este projecto permitirá ainda desenvolver a curto-médio prazo um centro de educação ambiental e de recepção de visitantes.

(Fonte: LPN, 1999)